

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos<sup>1</sup>

Environmental communication: practice and research

### Sonia Aguiar

Doutora em Comunicação/ Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS); coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (Lica); pesquisadora do Geocom – Geografias da Comunicação.

### Jean Fábio Cerqueira

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS); doutorando do PPGCOM da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) da UFS; pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (Lica).

#### Resumo

A comunicação ambiental vem se constituindo como um amplo campo de práticas e estudos ainda pouco explorado na literatura acadêmica brasileira, na qual predominam pesquisas empíricas sobre jornalismo ambiental e o papel da mídia na educação ambiental. Este artigo é parte de um esforço mais amplo de mapear o estado da arte das pesquisas no campo, com atenção especial aos seus referenciais ideológicos e discursivos. Para isso, buscou-se identificar, através de uma análise bibliográfica comparada, um quadro de referência teórico-conceitual e metodológico que possa contribuir para futuros estudos.

**Palavras-chave:** comunicação ambiental, ideologias ambientais, discursos ambientais.

#### Abstract

Environmental communication has been developed as a wide professional and research field which is not well explored by Brazilian academic scholars, who are mostly still devoted to relations between news media and the environment, and to environmental education. This paper is part of a greater effort to design a big picture of theories, methods and empiric studies converging to environmental communication as a knowledge field. To reach this goal, we have undertaken a compared analysis of five reference text books, paying special attention to ideologies and discourses regarding environmental issues.

**Keywords:** environmental communication, environmental ideologies, environmental discourses.

<sup>1</sup> Este estudo apresenta resultados teóricos parciais do projeto de pesquisa em andamento “Geografias da Comunicação Ambiental no Brasil”, que conta com apoio financeiro dos editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CNPq/Capes-CHSSA) e do CNPq-Universal para o período 2010-2012.

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos

### 1. Introdução

Este artigo apresenta uma síntese do estado da arte do campo de práticas e de estudos denominado “comunicação ambiental”, a partir de uma análise bibliográfica comparada de cinco obras de referência publicadas nos Estados Unidos. Em conjunto, elas oferecem um panorama teórico e empírico das variadas linhas e vertentes de investigação que vêm constituindo o desenvolvimento recente desse campo<sup>1</sup>. Espera-se, com o presente trabalho, contribuir para futuras análises e uma nova agenda dessas pesquisas no Brasil e na América Latina.

Pioneira nessa literatura, embora não utilize a expressão “comunicação ambiental”, a socióloga Alison Anderson (1997) analisou as imbricações da questão ambiental com a mídia e a cultura, com ênfase na visão crítica dos estudos culturais e nas ideias construtivistas, preocupando-se especialmente com os efeitos provocados pelos conteúdos veiculados pela mídia noticiosa. Sua abordagem apresenta muitas afinidades com o enfoque predominante nos estudos brasileiros, ainda fortemente concentrados no “jornalismo ambiental” e na relação “mídia e meio ambiente”<sup>2</sup>.

Oriundo da Ciência Política, John Dryzek (2004) propôs uma tipologia dos discursos ambientais pautada pelas relações de aproximação e/ou afastamento da ideologia do industrialismo, e pelas proposições de enfrentamento da problemática ambiental enquanto entrave ou desafio. O autor citado apresentou, ainda, uma proposta metodológica para a análise do discurso ambiental, propondo uma identificação das entidades reconhecidas, dos atores sociais e de suas principais motivações, além da natureza das relações estabelecidas e dos dispositivos retóricos associados aos discursos. Sua principal contribuição reside na ampliação do espectro ideológico, bem como no desvendamento das principais disputas e motivações daí decorrentes.

Com interesse especial na formulação e compreensão das mensagens sobre a natureza, Julia Corbett (2006) também observou o espectro de ideologias manifestadas através da comunicação ambiental em suas várias interações. Sua maior preocupação reside tanto em compreender a internalização da natureza através de um processo comunicacional

múltiplo e diverso quanto em investigar suas raízes ideológicas, as quais são influenciadas pela experiência individual desde a infância, pela geografia (senso de lugar) e pelo contexto histórico e cultural. O texto é crucial ao lidar com essas concepções a partir dos polos ideológicos do antropocentrismo e do ecocentrismo.

Autor mais citado na literatura internacional sobre o tema, Robert Cox (2010) elaborou uma abrangente apresentação da comunicação ambiental como campo de práticas e de pesquisa, cuja definição busca abarcar tanto as ações comunicativas dos principais atores envolvidos na questão (ambientalistas, cientistas, governos, corporações, profissionais de comunicação e cidadãos comuns) quanto os meios e situações por onde circulam mensagens associadas a temáticas ambientais e ecológicas. Cox manifestou como preocupação central os debates públicos sobre os problemas ambientais e as inevitáveis ambiguidades, antagonismos e controvérsias que os cercam. Por isso, seu referencial teórico chave é o conceito de esfera pública como espaço discursivo, no qual se travam as disputas pela influência nos processos deliberativos.

Com o objetivo pragmático de orientar pessoas que lidam com a comunicação sobre o meio ambiente, dois educadores ambientais e um conservacionista profissional – Richard Jurin, Donny Roush e Jeff Danter (2010) – seguiram um caminho didático. Eles apresentaram uma cronologia do campo e uma proposta de definição de “comunicação ambiental” que articula a de Corbett e a de Cox; uma compilação de estudos de casos coletados em diferentes países; e uma síntese dos principais desafios a serem enfrentados pelos “comunicadores ambientais”, inclusive os não profissionais.

### 2. Discursos e Ideologias Ambientais

Duas importantes abordagens acerca dos discursos e das ideologias ambientais foram propostas por Julia Corbett e John Dryzek. Ambos reconheceram o sistema de crenças sobre a natureza como raiz da comunicação ambiental, sinalizando que toda mensagem ambiental é produzida e compreendida a partir de diferentes visões de mundo. Contudo, estes autores seguiram trajetórias distintas em suas concepções acerca das tipologias ideológicas e discursivas. Enquanto Corbett (2006) empenhou-se em compreender os fatores que contribuem para a formação das ideologias no indivíduo, Dryzek (2004) mostrou-se mais preocupado com as implicações de tais discursos no âmbito das disputas nas instâncias de poder, que ele denominou “políticas da Terra”.

Tais preocupações apresentam muitos pontos convergentes, o que nos permite considerá-las enfoques complementares, através dos quais se torna possível compreender a ideologia ambiental de forma ampla e consistente. Em

<sup>1</sup> Este trabalho será ampliado com a inclusão de HANSEN, Anders. *Environment, media and communication* (2010) e LESTER, Libby. *Media and environment: conflict, politics and the news* (2010).

<sup>2</sup> Apesar de se reconhecer a redundância de significados entre os dois termos que compõem a expressão “meio ambiente”, optou-se por utilizá-la como tradução da palavra inglesa “environment” pela cristalização do seu sentido em português e espanhol (*medio ambiente*), que remete aos objetos de estudo da Ecologia e da Geografia.

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos

Corbett (2006), encontrou-se uma perspectiva centralizada na questão da hierarquia entre os seres humanos (antropocentrismo) e o mundo natural (ecocentrismo). Em Dryzek (2004), evidenciam-se aspectos de ordem mais pragmática, como a identificação dos atores, das motivações, entidades e relações reconhecíveis em um discurso ambiental. Além disto, este último autor ofereceu uma significativa orientação de cunho metodológico<sup>3</sup>.

É interessante destacar que Corbett (2006) diferenciou a comunicação ambiental intencional e direcionada, facilmente reconhecida em matérias de jornais, anúncios publicitários, fotografias, filmes, *sites* etc., daquela mais sutil e não declarada, embutida nas práticas e costumes do dia a dia, nos padrões de moradia, de consumo e de transporte adotados nas sociedades. Ao observar esta amplitude, a autora mencionada considerou que tais ações comunicativas traduzem os sistemas de crenças sobre o mundo natural, os quais orientam as percepções sobre a utilidade da natureza na vida cotidiana. É também com base nesses sistemas que se atribui valor às “coisas naturais”, formulando-se e compreendendo-se mensagens ambientais. Decorre, portanto, deste contexto, seu interesse pelas questões relativas ao campo ideológico.

A abordagem de Corbett (2006) evidencia a ideologia ambiental a partir de seu processo constitutivo, remontando à infância e considerando as particularidades das primeiras relações estabelecidas com a natureza e com o meio físico. Também considera como fatores relevantes à compreensão da complexidade da comunicação ambiental o contexto histórico-cultural (que embasa o sistema de crenças) e o “senso de lugar”. Este diz respeito ao vínculo que se estabelece com o espaço físico em que se vive e com paisagens familiares, o que gera um sentimento de “estar em casa”, uma sensação de pertencimento, de enraizamento e de conforto. Para a autora em referência, esta relação emocional com o lugar influencia decisivamente a percepção e a valoração do meio ambiente.

Para Dryzek (2004), as questões ambientais devem ser investigadas à luz da linguagem, sinalizada como a principal forma de construir, interpretar, discutir e analisar esta problemática e suas implicações. Neste ponto, o autor evidenciou seu privilégio à compreensão da comunicação ambiental a partir da estrutura básica do discurso dominan-

te (industrialismo), sua história e suas transformações. O referido autor não desenvolveu uma discussão explícita acerca dos fatores constituintes dos discursos ambientais. Contudo, alertou sobre a concepção de “natural” e de “selvagem” como construções advindas de processos culturais, em sua maioria de conotação arrogante, pois não reconhecem a natureza além da apropriação humana. A natureza, suas entidades e sua problemática são reconhecidas e tratadas de forma diferente, constituindo assim um palco de disputas políticas.

Seguindo percursos distintos, os dois autores analisados manifestaram em comum a consideração de que as percepções da natureza e da problemática ambiental são duplamente complexas, pois residem na interseção entre os ecossistemas naturais e os sistemas sociais humanos, ambos regidos por suas próprias complexidades, o que implica uma diversidade maior de perspectivas. Em ambos, é constante a afirmação de que as ideologias e os discursos ambientais compreendem todos os cidadãos, não somente os políticos e ambientalistas.

### 3. A comunicação ambiental e seus campos

O primeiro registro de uso acadêmico da expressão *environmental communication*, segundo Jurin, Roush & Danter (2010), apareceu em 1969, em um artigo publicado na edição inaugural do *Journal of Environmental Education* por seu editor-fundador Clarence A. Schoenfeld. Para este repórter que se tornou professor, a comunicação ambiental remonta a formas narrativas pré-midiáticas sobre a natureza, como os relatos dos descobridores, os diários de viagens e os relatórios descritivos de fenômenos naturais publicados pelas revistas científicas desde o século XIX. Mas, como atividade intencional, seu objetivo seria “produzir cidadãos capacitados a respeito do nosso ambiente e os problemas a ele associados, ciente de como ajudar a resolver esses problemas, e motivado para trabalhar pelas suas soluções” (*apud* JURIN, ROUSH & DANTER, 2010: 5).

A cronologia elaborada por esses autores (p. 5-6) deixa claro que a configuração da comunicação ambiental como campo de estudos foi se constituindo a partir da crítica e desconstrução das visões tradicionais acerca do mundo natural, por um lado, e pela incorporação da temática às práticas profissionais da comunicação, de outro. No primeiro caso, enquadram-se artigos que questionam a relação dos seres humanos com seu ambiente e a retórica da preservação. No segundo, incluem-se discussões sobre o papel e a postura dos meios de comunicação de massa, dos jornalistas e dos profissionais de relações públicas (que nos EUA exercem a função de “assessor de comunicação”) em relação ao gerenciamento dos recursos naturais.

<sup>3</sup> Dryzek (2005) ofereceu uma espécie de *checklist* para a investigação de discursos ambientais. O autor sinalizou para a identificação dos seguintes elementos: (1) entidades básicas reconhecidas ou construídas nos discursos; (2) suposições sobre relações naturais evidenciadas; (3) atores sociais ou agentes e seus interesses; (4) metáforas e dispositivos retóricos.

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos

A partir do final da década de 1980, observou-se nessa cronologia uma crescente institucionalização do campo, com a sistematização das práticas profissionais e a criação de entidades como a *Environmental Media Association* (1989), a *Society of Environmental Journalists* (1990) e a *International Federation of Environmental Journalists* (1993). As iniciativas propriamente acadêmicas deslançam na década de 1990, a partir da *Conference on the Discourse of Environmental Advocacy* (1991), que serviu de embrião para a *Conference on Communication and Environment* (Coce), até hoje realizada bienalmente<sup>4</sup>.

Nos anos seguintes, ampliaram-se os espaços de informação e debates sobre as questões ambientais, com o lançamento do *Electronic Green Journal* (1994), um dos pioneiros periódicos *on-line* de acesso livre, e a criação do serviço de notícias *on-line Environmental News Network* (1995). Na virada do século, o campo acadêmico da nova especialidade se consolidou com mais quatro publicações: *Applied Environmental Education and Communication* (2002); *The Environmental Communication Year Book* (2004); *Environmental Communication: a Journal of Nature and Culture* (2007); e *International Journal of Sustainability Communication* (2007).

Um processo não mencionado por Jurin, Roush & Danter foi a articulação de pesquisadores, profissionais e ativistas na *Environmental Communication Network* (ECN), a partir de 1995, e cujo crescimento estimulou a criação da *International Environmental Communication Association* (Ieca, em 2011), com objetivo de consolidar a expansão do campo e disseminar experiências práticas e abordagens teóricas de outros contextos culturais<sup>5</sup>.

### 3.1 Definições em disputa

Nesses pouco mais de 40 anos, especialistas têm se esmerado na busca de definições que deem conta da pluralidade e complexidade de sentidos derivados da interação dos multifacetados termos “comunicação” e “meio am-

biente”. Mas sempre esbarram na dificuldade de designar um campo que é, simultaneamente, de práticas e de estudos sobre essas práticas.

Julia Corbett (2006) foi às origens dessa problemática quando afirmou que “natureza” e “meio ambiente” são conceitos culturais complicados, que “comunicam” por si:

As palavras e o uso que fazemos delas interpretam e definem o que existe além da espécie humana. Isto é natureza, aquilo não é. Isso é uma questão ambiental, mas aquilo, não. As definições e significados influenciam, até certo ponto, nossos comportamentos e práticas e nossa comunicação a respeito (CORBETT, 2006: 6).

Mark Meisner, um dos fundadores da ECN, definiu comunicação ambiental como uma “atividade/fenômeno” que abarca “as diversas formas de comunicação interpessoal, grupal, pública, organizacional e de massa para constituir o debate/a discussão sobre questões e problemas ambientais, e nossa relação com a natureza não humana”<sup>6</sup>. Meisner considerou que esta comunicação “manifesta-se como o discurso da natureza e seu *subset*, o discurso ambiental. “De *outdoors* ao Twitter e Facebook, da revista *Time* ao Current TV [canal independente dirigido por Al Gore], de audiências públicas a relatórios científicos, a comunicação ambiental está por toda parte.”

No mesmo sentido, embora com uma linguagem mais formal, Robert Cox (2010: 20-21) sintetizou a comunicação ambiental como “o veículo pragmático e constitutivo da nossa compreensão sobre o meio ambiente, bem como das nossas relações com o mundo natural; o meio simbólico utilizado na construção dos problemas ambientais e na negociação de diferentes respostas da sociedade a eles”. Para chegar a essa definição, Cox observou a diversidade de formas de comunicação sobre o meio ambiente como “ação simbólica”, em contraponto ao modelo racional de transmissão de informações. Nessa perspectiva sociossimbólica, a comunicação ambiental é considerada **constitutiva** porque ajuda a compor representações da natureza e de problemas ambientais de forma a serem compreendidos; e é **pragmática** porque contribui para a solução desses problemas, ao estudar os efeitos que essa comunicação tem sobre as percepções ambientais do sujeito e sobre a relação do ser humano com a natureza.

Nossa linguagem e outros atos simbólicos **fazem algo** [grifo do autor]. Criam sentido e estruturam ativamente nossa orientação consciente em relação ao mundo. Filmes, *sites on-line*, fotografias, arte, revistas populares e outras formas

<sup>4</sup> Uma breve história da Coce pode ser lida em <<http://environmentalcomm.org/?q=brief-history-conference-communication-and-environment>>, onde há *links* para os anais (*proceedings*) do evento.

<sup>5</sup> Como exemplo de que essa expansão não ocorreu apenas nos EUA, Cox (2010) citou as conferências *Communicate Now* (UK, 2008) e *The Media and the Environment* (Lisboa, 2009). No Brasil, a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) promove congressos regulares desde 2005 (<http://cbjario2011.com.br/>), e em 2011 aconteceu o 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (Eica), por iniciativa do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (<http://licaufs.blogspot.com/>).

<sup>6</sup> *What is environmental communication?* (version 2.6). Disponível em: <<http://environmentalcomm.org/?q=what-environmental-communication>>.

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos

de comportamento simbólico atuam sobre nós. Eles nos convidam a ver o mundo de tal forma em vez de outra; a afirmar esses valores e não aqueles. Nossas histórias e palavras nos alertam, mas também nos convidam a comemorar (Cox, 2010: 23).

Uma questão central no livro de Cox é a noção de esfera pública, expressão que designa “o domínio de influência criado quando indivíduos envolvem outros em comunicação – através de conversação, argumentação, debate ou questionamento – sobre assuntos de interesse compartilhado ou tópicos que afetam a comunidade abrangente” (2010: 26). O autor em destaque ressaltou que essa esfera não é movida apenas por palavras: “ações simbólicas visuais e não verbais”, como *banners*, fotografias, filmes, ocupações de espaços públicos (*sit-ins*<sup>7</sup>) e de árvores (*tree sitting*)<sup>8</sup> “também provocam discussão, debate e questionamento de políticas ambientais tão prontamente quanto editoriais, pronunciamentos políticos e noticiários de TV” (*idem*).

Referindo-se ao filósofo alemão Jürgen Habermas, Cox ressaltou que, quando os indivíduos se envolvem em uma conversação ou debate, traduzem suas preocupações particulares para o âmbito público “e assim criamos esferas de influência, que afetam como nós e os outros vemos o meio ambiente e nossa relação com ele” (*idem*). Essas traduções, de acordo com Cox, ocorrem em uma gama de fóruns e práticas que dão visibilidade a uma espécie de esfera pública ambiental, onde são realizadas mediações entre diferentes pontos de vista e interesses em jogo.

Como disse este autor, ao formatar suas percepções da natureza, a comunicação ambiental leva os indivíduos a perceberem florestas e rios como ameaçadores ou como generosos; a considerarem os recursos naturais como algo a ser explorado ou como sistemas de suporte à vida a serem preservados; como algo a conquistar ou a se cuidar com apreço. Ou, ainda, a considerarem formas radicais de protesto contra a injustiça ambiental como legítimas ou como “ecoterrorismo”.

<sup>7</sup> *Sit-in* é uma forma de protesto que remonta à secular prática indiana de *Dharna*, que consiste em “acampar” na porta da casa de um devedor. Nos EUA, os *sit-ins* foram estreados pelos estudantes que integraram o Movimento pelos Direitos Civis Afro-Americanos (1955-1968).

<sup>8</sup> A ocupação de árvores ameaçadas de derrubada é uma tática notabilizada pelo Earth First! ([www.earthfirst.org/](http://www.earthfirst.org/)), um grupo ambientalista criado nos EUA em 1979, que hoje se apresenta como um movimento internacional composto por pequenos grupos biorregionais espalhados por outros 18 países de quatro continentes (exceto América do Sul).

## 3.2 Atributos e atores

Preocupada com o modo como as mensagens são criadas e compreendidas, Corbett (2006) enumerou atributos da comunicação ambiental como prática da vida cotidiana, expressa por valores, palavras e ações: é individualmente interpretada e negociada; histórica e culturalmente enraizada; ideologicamente derivada e dirigida; incrustada em um paradigma social dominante que atribui valor instrumental ao meio ambiente; intrinsecamente vinculada à cultura *pop*, particularmente na publicidade e no entretenimento; enquadrada e reportada pela mídia de um modo que geralmente apoia o *status quo*; mediada e influenciada por instituições sociais, como governos e empresas.

Tais atributos pressupõem a atuação de certos interlocutores, que Jurin, Roush & Danter (2010: 16-18) identificaram como os grupos de interação mais frequentes nos processos de comunicação ambiental, e Cox (2010: 29-36) considerou como vozes e interesses da esfera pública “verde”<sup>9</sup> (aspas do autor). O quadro abaixo apresenta uma comparação das expressões utilizadas pelos referidos autores, na ordem em que são apresentadas nos seus respectivos livros.

**Quadro 1:** Comparação entre interlocutores da comunicação ambiental na visão de Cox e Jurin, Roush & Danter

Vozes da esfera pública “verde” (Cox)	Grupos de interlocutores (Jurin, Roush & Danter)
Cidadãos e grupos comunitários	Comunidade científica/ acadêmica
Grupos ambientalistas	Setor empresarial/ comercial/ técnico
Cientistas e discurso científico	Mídia noticiosa
Corporações e lobistas empresariais ambientais	Organizações governamentais e agências
Grupos antiambientalismo	Organizações não governamentais
Mídia e jornalismo ambiental	
Autoridades públicas e legisladores	

O quadro acima revela uma correspondência aproximada entre quatro grupos e divergência na identificação dos que falam como atores sociais autônomos ou como cidadãos, que, para Jurin, Roush & Danter, estariam todos representados pelas “organizações não governamentais”, enquanto Cox percebeu diversidade de interesses entre as vozes de “cidadãos e grupos comunitários”, “grupos ambientalistas” e

<sup>9</sup> É importante ressaltar aqui que o termo *green* tem, na literatura anglo-saxônica, uma denotação positiva de comprometimento com as causas ambientais, ou até de radicalidade de enfrentamento, contra uma conotação pejorativa de “verde” no contexto brasileiro, no sentido de comprometimento duvidoso.

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos

“grupos antiambientalismo”. Este último autor procurou evidenciar as peculiaridades de cada um desses grupos e seu papel como porta-vozes de determinadas correntes de pensamento e ideologias diante das questões ambientais.

### a) Cientistas e documentos científicos

Cox apontou a divulgação do enfraquecimento da camada de ozônio, em 1985, como um divisor de águas no esclarecimento e debate público sobre políticas ambientais, nos quais relatórios de pesquisa e comunicados de alerta elaborados por cientistas têm papel preponderante, inclusive pelas controvérsias e contradiscursos que geram. Para ele, os resultados dessas pesquisas podem ser disputados ou ignorados, dependendo dos interesses em jogo.

Por exemplo, o respeitado periódico *Science* descreveu uma campanha feita por partidos políticos para desacreditar o trabalho de cientistas sobre a redução da camada de ozônio nos anos 1990 (...). Mais recentemente [três pesquisadores] descobriram que 92 por cento dos livros críticos da ciência ambiental publicados em língua inglesa, entre 1972 e 2005, podem ser associados a consultorias conservadoras que adotam o ceticismo ambiental (Cox, 2010: 33).

### b) Corporações empresariais, lobistas e grupos antiambientalistas

Desde que as ciências ambientais começaram a levantar, documentar e divulgar os riscos à saúde humana e ao ambiente natural provocados por certos produtos e processos industriais, empresas e associações corporativas vêm desenvolvendo formas de questionar – e às vezes deslegitimar – os métodos e resultados das pesquisas, além de promover atividades de *lobby* contra as regulamentações ambientais. Segundo Cox (2010: 33), os temas mais frequentes de conflitos são as restrições ao uso da Terra para atividades predatórias, como mineração e exploração madeireira, e ao despejo de resíduos por indústrias como petroquímica, automobilística, informática, eletrônica, de energia e transportes. Este autor citou algumas associações corporativas que têm atuado na Internet e na TV para “esverdear” seus negócios discursivamente, chegando ao ponto de produzir anúncios publicitários que apresentam o carvão como uma fonte de “energia limpa”.

Como uma espécie de linha auxiliar desse *marketing* corporativo, grupos de oposição às regulamentações governamentais e à ciência ambiental têm surgido na política estadunidense, alimentados pela percepção de que o ambientalismo prejudica o crescimento econômico e a geração de empregos. Jennifer Switzer (1997, *apud* Cox, 2010: 34) estudou as reações antiambientalistas violentas (deno-

minadas *green backlash*) por indivíduos que se sentem marginalizados ou negligenciados pelas regulamentações ambientais. “Céticos” do aquecimento global têm surgido como opositores da ciência e de várias políticas propostas para redução dos gases do efeito estufa, utilizando recursos como *sites on-line* e até filmes como *The great global warming swindle* (“A grande fraude do aquecimento global”). A União de Cientistas Preocupados dos Estados Unidos mantém um *site*<sup>10</sup> com perfis de vários desses grupos, e Cox dedicou um capítulo do seu livro à relação entre comunicação científica e controvérsias ambientais.

### c) Governos, agências ambientais e legisladores

Para Cox (2010: 35), os formuladores e gestores de políticas públicas ambientais constituem “o coração dos processos políticos e legislativos porque são eles que devem conciliar os argumentos e interesses das diversas ‘vozes’ que se manifestam a favor ou contra as medidas adotadas”. Eles formulam ou fazem cumprir posturas municipais, promulgam leis estaduais e nacionais, produzem regulamentos e negociam acordos internacionais. Para isso, precisam conciliar várias forças conflitantes, que são afetadas de diferentes maneiras pela legislação proposta.

Menos visíveis para o público, mas provavelmente tão importantes quanto os legisladores, segundo Cox, são os profissionais nomeados das agências reguladoras, “cujo papel é assegurar que as leis sejam efetivamente implementadas e cumpridas” (*idem*). Para executar seu trabalho, eles dependem do conhecimento técnico de engenheiros, cientistas, advogados, planejadores urbanos e economistas, dentre outros, que fornecem os parâmetros para elaboração de protocolos, padrões, metodologias, especificações de equipamentos etc. No entanto, alertou Cox, apesar de técnico e altamente especializado, esse processo não é neutro ou apolítico, porque tem fortes implicações para indústrias, comunidades locais ou para a saúde pública (*idem*, p. 36).

### d) Cidadãos, comunidades e grupos ambientalistas

Para Cox (2010: 30-31), os grupos de cidadãos que questionam ou cobram providências das autoridades locais têm sido uma das fontes mais efetivas de mudança ambiental (nos EUA). Eles reclamam da perda de áreas verdes na cidade; de poluição do ar ou da água provocada por indústrias próximas; e da desorganização do espaço urbano provocada por algum projeto de expansão econômica, pública ou privada, dentre outros problemas que possam afetar a saúde e o bem-estar das populações locais. Por atuarem caso a caso,

<sup>10</sup> Disponível em: <[www.ucsusa.org](http://www.ucsusa.org)>.

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos

eles enfrentam dificuldades para expressar suas preocupações como uma voz legitimada e para convencer outras pessoas a defenderem tais demandas diante das autoridades locais. Cox os diferenciou da ampla gama de “grupos ambientalistas” que se organizam em redes (virtuais e presenciais), cada qual com seu próprio foco temático e modo de comunicação. No mundo *on-line*, eles já atingiram a casa de dezenas de milhares, incluindo redes globais como a 350.org<sup>11</sup>, que conectam outros grupos na luta contra o aquecimento global.

**e) Mídia noticiosa e jornalistas**

“A mídia noticiosa atua não apenas como voz nas suas coberturas de temas e acontecimentos, mas também como condutora de outras vozes que buscam influenciar as atitudes do público. (...) É também uma força constitutiva por meio do seu papel de agendamento [*agenda-setting*]”, considerou Cox (2010: 35). Para ele, a diversidade de vozes e pontos de vista veiculados por essa mídia ilustra uma ampla variedade de abordagens de questões ambientais, com diferentes enquadramentos (*frames*).

**3.3 Processo de configuração do campo de estudos**

Para Cox (2010: 21), os estudos sobre a comunicação ambiental podem contribuir para as teorias da comunicação ao investigarem as formas discursivas e as expressões simbólicas envolvidas nas relações do ser humano com a natureza e o meio ambiente. Mark Meisner foi um pouco além: “Como campo de estudos, a comunicação ambiental é uma variação síntese da teoria da comunicação e da teoria ambiental que examina o papel, as técnicas e a influência da comunicação nas questões ambientais”<sup>12</sup>.

Mas, como lembrou Susan Senecah (2007 *apud* Cox, 2010: 15): “Campos de investigação não surgem simplesmente pelo desejo da sua existência”. Todo campo é um campo de forças e “de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004: 22). Essas lutas se dão tanto em relação às pressões externas quanto às disputas internas, cada qual implicando mecanismos de resistência e de

enfrentamento específicos, nos quais sempre entra em cena o problema da autonomia e da legitimação. A autonomia diz respeito aos interesses, desejos e responsabilidades envolvidos em (ou esperados de) cada campo (ou subcampos) de atividades humanas, e ao grau de independência com que sujeitos e atores podem (ou se dispõem a) assumi-los. A legitimação refere-se à qualificação e à “autoridade” de quem formula, opina ou age publicamente, atributos que, para Bourdieu, estão associados à “validação” socialmente compartilhada das diferentes tomadas de posição.

No campo da comunicação ambiental, as disputas dizem respeito aos discursos que buscam validar os interesses e direitos de diferentes atores na apropriação ou expropriação dos recursos naturais, bem como no seu uso e deslocamento. É através das disputas discursivas, que legitimam ou deslegitimam atores em diferentes contextos, de seus agendamentos, enquadramentos, argumentos e simbologias, que essa comunicação se constrói e se constitui como objeto de estudo e problema a ser investigado.

Anderson (1997) contribuiu para a compreensão da emergência do campo ao relacionar a formação do pensamento ecológico à teoria social e aos estudos de mídia, especialmente as abordagens culturais e as correntes construtivistas. Para ela, é na arena cultural (que abrange mídia, educação e ciência) que “as ideologias competem por ascendência”, daí a importância dos estudos sobre as representações do meio ambiente, que tradicionalmente se concentraram na retratação artística e literária de paisagens naturais e urbanísticas (cf. ANDERSON, 1997: 4).

Segundo Cox (2010: 15), o campo de estudos da comunicação ambiental (CA) se desenvolveu nos Estados Unidos a partir do trabalho de diversos grupos de pesquisadores da Comunicação, muitos dos quais utilizavam técnicas da crítica retórica para analisar conflitos socioambientais. O estudo considerado pioneiro nesse campo, naquele país, é o de Christine Oravec (1981) sobre a retórica do “sublime” no discurso de John Muir em defesa da preservação do Vale Yosemite, na Califórnia. Desde então, os estudos foram se expandindo com discussões sobre o papel da ciência, da mídia e da indústria em relação às ameaças à saúde e à segurança humanas.

Mas o desenvolvimento do campo não se restringiu às tradicionais abordagens nos estudos da comunicação e do jornalismo, abarcando também objetos, meios e táticas de comunicação “não tradicionais”. Estudos citados por Cox, Corbett e Anderson mostram como grupos comunitários, movimentos ambientalistas e outras organizações sem fins lucrativos agendam e agenciam jornalistas e especialistas independentes para testemunharem (e eventualmente assessorarem) suas ações públicas. Com isso, surgem miríades de assuntos e formas de expressão envolvendo

<sup>11</sup> O 350.org se apresenta como “um movimento global para unir o mundo em torno de soluções para a crise climática”. O número se refere a um conceito de segurança climática cunhado por cientistas, segundo os quais se a quantidade de CO<sub>2</sub> na atmosfera não for reduzida de seu nível atual, de 392 partes por milhão, para abaixo de 350ppm, os já sensíveis e visíveis efeitos do aquecimento global se tornarão cada vez mais frequentes e graves (cf. <<http://world.350.org/brasil/quem-somos/>>).

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://environmentalcomm.org/>>.

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos

problemas e desafios ambientais que ainda estão por ser explorados.

### 3.4 Do campo de práticas a objetos de estudo

Com base nesses autores, é possível identificar algumas linhas de pesquisa derivadas da observação de práticas comunicativas concretas, resumidas a seguir.

#### a) Mídia noticiosa e jornalismo ambiental

Área com maior número e variedade de estudos (inclusive no Brasil), que, em geral, se centram nas seguintes abordagens: o agendamento de temas ambientais pela mídia (*agenda-setting*), ou por agentes públicos ou privados sobre questões do seu interesse (*agenda-building*); os enquadramentos (*frames*) adotados nas narrativas, que geram certas percepções e não outras; os constrangimentos enfrentados no processo de produção das notícias em face da complexidade da questão ambiental; os efeitos da mídia na construção de valores ecológicos e formatação de comportamentos “ambientalmente responsáveis”.

Anderson, Corbett, Cox e Jurin, Roush & Danter destacaram a importância dos estudos de audiência e de recepção neste campo (em especial sobre as percepções da natureza e do ambiente construído), em função da premente necessidade de mudanças de atitude e de comportamento em virtude dos dilemas ambientais contemporâneos. Outro foco de investigação sinalizado por esses autores foi o perfil e o papel das fontes de informação e opinião, que Cox preferiu tratar como “vozes”, bem como suas disputas discursivas.

#### b) Mídia de entretenimento

Abrange as variadas inserções da temática ambiental na programação de TV (ficcional e de variedades) e na crescente mídia digital (Internet e plataformas interconectadas), com interesse especial por seus conteúdos e formatos. Estudos diacrônicos em geral avaliam a frequência evolutiva (positiva ou negativa) dessas inserções, durante certa faixa de tempo, que pode estar associada ou não a eventos externos. Estudos sincrônicos tendem a se concentrar nas representações da natureza e dos problemas ambientais, que são social e culturalmente construídas.

#### c) Comunicação organizacional, publicidade e *marketing verde*

Um dos desafios dos pesquisadores do campo ambiental é investigar as estratégias e táticas adotadas por grandes corporações para “esverdearem” ou “ecologizarem” a sua imagem institucional, processo que, em inglês, vem sendo

denominado *greenwashing* (ou *marketing verde*). Anderson e Corbett, especialmente, chamaram a atenção para o impacto das questões ambientais na comunicação organizacional e para o papel das assessorias de comunicação (ou dos profissionais de relações públicas) nesse contexto. As duas autoras observaram que essas ações têm gerado novas demandas para a publicidade e para a produção de materiais institucionais com roupagem pedagógica, tanto para a divulgação de produtos e serviços “ecologicamente orientados” (como os orgânicos e o ecoturismo) quanto para a disseminação da imagem de responsabilidade socioambiental empresarial.

#### d) *Marketing social* e campanhas ideológicas

Prática antiga nos EUA, segundo Cox, as campanhas de *advocacy* vêm sendo utilizadas para dar voz a populações submetidas a vulnerabilidades ou riscos ambientais, e para defesa de seus direitos em situações de conflito. Mas Corbett chamou a atenção para a atribuição do termo a uma modalidade de anúncios institucionais que visam a defender interesses de grupos, sejam corporações empresariais, sejam entidades ambientalistas, como o Greenpeace. Em geral, esses anúncios expressam ideias sobre questões controversas de interesse público, muitas vezes envolvendo processos regulatórios ou de formulação de políticas públicas. Já o *marketing social* “ecológico” diz respeito às campanhas que se propõem a mudar o comportamento público em relação a uma meta desejada através de técnicas de educação ambiental ou de mobilização social.

### 3.5 Estudos interdisciplinares

Outro grupo de linhas de pesquisa identificáveis a partir da presente análise bibliográfica é o que envolve investigações de caráter interdisciplinar.

#### a) Retórica e discursos ambientais

Sendo uma das mais antigas e amplas áreas de investigação, possui duas vertentes principais: estudo dos modos de persuasão que indivíduos e grupos utilizam para comunicar questões ambientais; e estudo das retóricas críticas, isto é, da comunicação que questiona ou desafia os discursos dominantes sobre as relações entre natureza e sociedade (como a dos ecologistas radicais, das ecofeministas e dos ativistas da justiça ambiental).

#### b) Comunicação de riscos socioambientais

Foco de interesse crescente, que geralmente envolve também pesquisadores das áreas de saúde e meio ambiente, investiga se determinado público está sendo adequadamente

**Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos**

informado sobre ameaças e riscos potenciais a que está exposto, em dois aspectos principais: avaliação da eficácia das estratégias de alerta; e impacto do entendimento cultural dos riscos sobre a sua aceitabilidade. Tais estudos, segundo Cox e Anderson, envolvem critérios de definição dos riscos e levantamentos prévios sobre as percepções ambientais, além das noções do “direito de saber” e de “subsídio à imprensa”.

**c) Economia política da comunicação ambiental**

Aborda as consequências do envolvimento de proprietários de sistemas midiáticos com outros setores econômicos que tenham implicações ambientais, como silvicultura, papel, petróleo e mineração, dentre outras que são alvo de regulações ambientais. Nesta linha, caberiam também estudos sobre o impacto das pressões por mudanças nos padrões de consumo sobre organização empresarial e financiamento publicitário dos grupos de mídia. Corbett sugeriu, ainda, que se investigue o “controle social” das redações jornalísticas, o que afetaria o espaço/tempo concedido a certas coberturas ambientais.

**d) Análise crítica das imagens ambientais**

As análises das imagens ambientais (ou ecoimagens), cada vez mais presentes em diversas mídias, preocupam-se com o modo como essas representações visuais moldam o senso comum e influenciam as atitudes em relação à natureza. Examinam também como elas são usadas para disseminar capital ecológico. Este tipo de preocupação investigativa gerou uma corrente denominada “ecosee” (eco-olhar, em tradução livre), definida por Dobrin & Morey (2009: 2-3) como o “estudo e a produção da (re)apresentação visual do espaço, do meio ambiente, da ecologia e da natureza em fotografias, pinturas, televisão, filme, *video games*, mídia digital e outras formas de meios baseados em imagem”.

Esta “ecologização” do olhar encontra respaldo também na proposta da “ecocrítica”, oriunda da análise de obras literárias cuja trama tenha fortes elos com paisagens e elementos da natureza. O foco desta abordagem é tentar compreender como as imagens veiculadas sobre a natureza vêm influenciando as percepções, a compreensão e a consciência das pessoas e sociedades sobre o “meio ambiente”, bem

como sua capacidade de mobilizar e estimular ações favoráveis e não predatórias (INGRAM, 2010; IVAKHIV, 2008; BENTE, 2008, *apud* CERQUEIRA & AGUIAR, 2011).

**4. Considerações finais**

A análise bibliográfica comparada, aqui apresentada de forma bastante sintética, procurou sistematizar as principais tendências do campo da comunicação ambiental, de forma a embasar futuros estudos sobre seu estado da arte no Brasil e na América Latina. A análise, a ser ainda enriquecida com outros títulos e autores importantes do campo, suscita uma série de questões relativas aos atores, processos, produtos, ideologias e discursos envolvidos nos problemas socioambientais brasileiros que merecem ser investigadas.

Uma delas gira em torno dos efeitos possíveis ou prováveis da visibilidade e da invisibilidade midiática sobre os processos decisórios envolvendo os impactos ambientais de grandes empreendimentos de infraestrutura. Em um país de dimensões continentais, que possui uma das maiores sociobiodiversidades do planeta, qual o papel dos pequenos meios locais e da mídia regional nessa (in)visibilidade? Por que recentes episódios de tragédias envolvendo questões climáticas combinadas com modelo de ocupação do solo urbano – Morro do Bumba, em Niterói, e enchentes em Santa Catarina, na Região Serrana Fluminense, no litoral de Angra dos Reis, no interior de Alagoas etc. – não motivam um debate em profundidade, nem geram uma mobilização contínua sobre o papel da sociedade e do poder público na relação com a natureza e o ambiente construído?

Como estudantes de Jornalismo, Publicidade, Audiovisual e Relações Públicas do País estão sendo preparados para lidar profissionalmente com as questões ambientais? Como aqueles que já atuam no mercado de trabalho estão enfrentando esses novos desafios? E como os profissionais de outras áreas que lidam diretamente com impactos ambientais estão incorporando (ou não) a dimensão informativa e comunicativa em seu trabalho?

Todas essas indagações levam a se pensar na necessidade de um amplo esforço colaborativo de pesquisa, que reúna e dê sentido científico à miríade de estudos empíricos espalhados pelo País, como fizeram os autores aqui analisados.

## Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos

## Referências

AGUIAR, Sonia. Análise dos estudos sobre jornalismo ambiental: primeiras incursões. *In: 9º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO DA SBPJOR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. Anais...* Rio de Janeiro: ECO – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. (CD-ROM)

ANDERSON, Alison. *Media, culture and the environment*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma Sociologia do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004 [1997].

CERQUEIRA, Jean Fábio & AGUIAR, Sonia. Comunicação ambiental no cinema de animação: uma análise da representação da natureza no longa-metragem “Rio”. *In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. Anais...* Recife: Intercom, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2975-1.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2012.

CORBETT, Julia B. *Communicating nature: how we create and understand environmental messages*. Washington: Island Press, 2006.

COX, Robert. *Environmental communication and the public sphere*. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2010.

DOBRIN, Sidney I. & MOREY, Sean (eds.). *Ecosee: image, rhetoric, nature*. New York: Suny Press, 2009.

DRYZEK, John S. *The politics of the Earth: environmental discourses*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2004 [1997].

JURIN, Richard R.; ROUSH, Donny & DANTER, Jeff. *Environmental communication. Skills and principles for natural resource managers, scientists, and engineers*. 2. ed. New York: Springer, 2010.